

RESOLUÇÃO CEMA 070/09 - ANEXO 10

Fundamento Legal

1. FUNDAMENTO LEGAL

Considerar os fundamentos legais apresentados na **IN 100.001**, na **IN 100.002** e ainda:

1.1 LEGISLAÇÃO FEDERAL

- **Decreto-Lei nº 1.413/75** que dispõe sobre o controle da poluição no meio ambiente provocada por atividades industriais;
- **Decreto nº 76.389/75** que dispõe sobre as medidas de prevenção e controle da poluição industrial que trata o Decreto-Lei nº 1.413/75;
- **Portaria MINTER nº 231/76** que estabelece padrões de qualidade do ar;
- **Lei nº 6.803/80** que dispõe sobre as diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição;
- **Portaria Ministério da Saúde nº 518/2004** que estabelece os procedimentos e responsabilidades relativos ao controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade;

1.2 LEGISLAÇÃO ESTADUAL

- **Lei nº 12.493 de 22 de janeiro de 1999** que estabelece princípios, procedimentos, normas e critérios referentes à geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos no Estado do Paraná, visando controle da poluição, da contaminação e a minimização de seus impactos ambientais e adota outras providências;
- **Lei nº 12.726 de 26 de novembro de 1999** que Institui a Política Estadual de Recursos Hídricos, cria o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos e dá outras providências;
- **Lei nº 13.448 de 11 de janeiro de 2002** que dispõe sobre Auditoria Ambiental Compulsória;
- **Lei nº 13.806 de 30 de setembro de 2002** que dispõe sobre atividades pertinentes ao controle da poluição atmosférica, padrões e gestão da qualidade do ar, conforme específica e adota outras providências;
- **Decreto Estadual Nº 4646** de 31 de agosto de 2001 que dispõe sobre o regime de outorga de direitos de uso de recursos hídricos e adota outras providências;
- **Decreto nº 6674 de 03 de dezembro de 2002** que aprova o regulamento da Lei nº 12.493, de 1999;
- **Decreto nº 2076 de 07 de novembro de 2003** que Aprova o Regulamento da Lei nº 13.448, de 2002, que dispõe sobre Auditoria Ambiental Compulsória e adota outras providências;
- **Resolução SEMA 041**, de 09 de dezembro de 2002, que estabelece padrões de emissões atmosféricas;
- **Portaria nº 049/05/IAP/GP** – estabelece procedimentos para Auditoria Ambiental Compulsória.
- **PORTARIA IAP Nº 019**, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2006 - Aprova e determina o cumprimento da Instrução Normativa DIRAM nº 002/2006, que estabelece o Sistema de Automonitoramento de Atividades Poluidoras no Paraná.

1.3 RESOLUÇÕES DO CONAMA

- **Resolução nº 006**, de 15 de junho de 1988, que dispõe sobre o licenciamento ambiental de atividades industriais geradoras de resíduos perigosos;
- **Resolução nº 003**, de 28 de junho de 1990, que estabelece padrões de qualidade do ar e amplia o número de poluentes atmosféricos passíveis de monitoramento e controle;
- **Resolução nº 008**, de 06 de dezembro de 1990, que estabelece limites máximos de emissão de poluentes do ar a nível nacional;
- **Resolução nº 313**, de 29 de outubro de 2002, que dispõe sobre o Inventário Nacional de Resíduos Sólidos Industriais;
- **Resolução nº 357**, de 17 de março de 2005 - dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes.